

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Do pouco que até agora se sabe.....	2
Título: Não pode haver preconceito na exploração das fontes de energia	4
Título: União avalia opções para distribuidora do Amazonas.....	5
Título: Até gestão de água em São Paulo vira processo na CVM.....	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Eletrobras busca saída para evitar extinção de empresa no AM	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Operações da Amazonas Energia e Ceal podem ser encerradas.....	9
Título: Nova gestão herdará pacote de concessões	10
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	11
Título: Luz subirá na segunda.....	11
VEÍCULO: Valor Econômico.....	12
Título: Senado manobra para lotear agência de mineração.....	12
Título: Liminares por déficit de geração ameaçam setor elétrico	13
Título: Governo e estatal ainda estudam se leilão de distribuidora será mantido.....	15
Título: Ministério insiste em promover leilão regional, mesmo sem aval de técnicos.....	17
Título: Shell prevê investir até US\$ 14 bi no Brasil em águas profundas.....	18
Título: Destaques	20
Título: Zema reafirma plano de privatizar Cemig.....	20
Título: Neoenergia e Nokia fecham acordo para digitalizar rede	22
Título: Minério de ferro reverte tendência de queda no ano.....	23
Título: Com Trump, GE atropela Siemens no Iraque.....	25

Título: Conselho mantém parte de atuação de R\$ 1,2 bi da CSN 27

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Do pouco que até agora se sabe

O pouco que se sabe do candidato que está na frente das pesquisas já está causando preocupação em alguns empresários. Jair Bolsonaro tem mostrado reservas em relação à China, sem explicar o que isso significa. O país é o investidor estrangeiro mais ativo na economia brasileira com projetos em energia e agora na conclusão do Comperj. O presidente da Vale alertou para a importância do país asiático como parceiro para a empresa e o Brasil. A Unica está preocupada com o abandono do Acordo de Paris. A reforma da Previdência é uma incógnita.

O que se sabe sobre a economia num eventual governo Jair Bolsonaro é excessivamente vago e estamos a 10 dias das eleições. O programa está sendo preparado por grupos temáticos sob o comando do economista Paulo Guedes, mas pouca coisa sai, até porque a estratégia é falar o mínimo possível para não atrapalhar a campanha. O Brasil fica assim na estranha situação de estar prestes a escolher um presidente — ontem ele disse na Polícia Federal que está com a mão na faixa — e sua equipe prepara um programa que será surpresa pós-urnas. Isso se houver concordância entre o candidato e os economistas, coisa que até agora não parece haver. "Não queremos flertar com o desconhecido", disse ele ontem, mas na economia é exatamente isso que o pacto de silêncio dele e de sua equipe está oferecendo ao país.

Do pouco que se sabe, há esse temor sempre repetido pelo candidato em relação ao investimento chinês no Brasil. A China estaria "comprando o Brasil", segundo ele. O país é o maior comprador de produtos brasileiros, o maior mercado da soja brasileira, portanto o agronegócio precisa manter essa relação estável e sem ruídos.

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, empresa que opera em 16 portos chineses, disse que há uma dependência mútua entre Brasil e China, e que em qualquer governo a Vale continuará tendo uma boa relação com eles. É ao

capital chinês que a Petrobras está recorrendo para concluir o investimento no Comperj. A expectativa da estatal é concluir em dois anos as obras da refinaria de Itaboraí, a partir do momento em que fechar o acordo com a CNPC chinesa.

O medo que Bolsonaro nutre pela China remete a um pensamento nacionalista ultrapassado e está em total divórcio com qualquer ideia liberal. Se ela compra uma participação numa hidrelétrica, ou numa refinaria, em que isso nos ameaça? Ela levaria fisicamente as usinas para a China? Qualquer país precisa ter um quadro regulatório estável e transparente para os investimentos, mas discriminar alguma empresa pela origem do capital é um debate resolvido desde que no governo Fernando Henrique, em 1995, foi retirada da Constituição a diferenciação entre empresa nacional e estrangeira.

Os produtores de etanol estão preocupados com a possibilidade de rompimento do Acordo de Paris porque isso reduz as perspectivas dos biocombustíveis, segundo disse a presidente da Unica, Elizabeth Farina. A reação dos usineiros mostra como a economia de baixo carbono tem muito mais aliados do que se pensa.

Em entrevista à "Folha de S. Paulo" ontem, um dos economistas que estão trabalhando para o programa de Bolsonaro, Luciano de Castro, disse que será dada uma guinada de 180° no setor de energia. Esse é um setor que precisa mesmo de muitas mudanças e correções, mas a primeira parte do seu projeto, que é a diminuição da presença do Estado na geração e privatização da Eletrobras, bate de frente com a teoria econômica do galinheiro e do ovo defendida recentemente por Jair Bolsonaro.

Ao falar que não quer a privatização da Eletrobras, ele disse que se vender as galinhas do quintal ficará sem o ovo cozido de manhã. Outra parte do programa de energia feito para Bolsonaro é a de manter a política da Petrobras de paridade de preços internacionais, proposta da qual o candidato discorda.

A reforma da Previdência é uma incógnita. A que está no Congresso foi muito criticada e combatida pelo que será o núcleo político de Bolsonaro. Tanto Onyx Lorenzoni quanto Major Olímpio acham que ela é dura demais, quando outros críticos acham o oposto. Afinal, a idade mínima de 62 e 65 anos só estará em vigor em 2038. Se não for feita alguma reforma não há possibilidade de pôr ordem nas contas públicas. O que Bolsonaro tem dito em economia é sobretudo desconexo.

VEÍCULO: O Globo**Data: 18/10/2018****Seção: Editorial****Autor:****Título: Não pode haver preconceito na exploração das fontes de energia**

Inexiste eletricidade de esquerda (gerada por sol e vento) e de direita (por term nucleares)

Em uma eleição em que o debate de propostas objetivas ocupa até agora pouco espaço, temas relevantes e complexos como energia terminam ficando ao largo. Ou sendo tratados com uma dosagem excessiva de emoção, típica de embates políticos e ideológicos, mas inadequada quando se trata de decidir investimentos bilionários em algo vital como a geração de energia elétrica.

Entre tantos choques de visões opostas de Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), o que se verifica sobre a questão energética é exemplar: enquanto Bolsonaro acena com a volta de hidrelétricas com reservatórios na Amazônia, em substituição a usinas a fio d'água — que geram energia apenas com o fluxo do rio —, Haddad enfatiza que a produção da energia nova, com ele no Planalto, será com base em fontes eólica, solar e da biomassa.

Com o PT de volta ao Planalto, os subsídios a estas fontes serão mantidos. Elas têm, ainda, baixa participação na matriz energética: eólica (7,9%), gás natural (7,5%), energia solar (0,8%). Não se discute a necessidade de se investir em fontes alternativas, de baixa emissão de carbono. Mas um dos pontos centrais é haver garantia firme de fornecimento crescente de energia, para sustentar uma das dez maiores economias do mundo que se pretende que volte a crescer de maneira estável e contínua. Sem risco de apagões. O país já sabe os estragos que um sistema de geração e distribuição não confiável provoca em todos os setores.

Nesta perspectiva, sem que se desconsiderem estudos técnicos, não é razoável uma política energética que congele a exploração de rios na Amazônia e/ou impeça usinas com reservatórios na região. Podem-se fazer projetos sensatos, sem promover desastres ecológicos como a hidrelétrica de Balbina, próximo a Manaus, que inundou uma área de mais de 2.200 quilômetros quadrados de floresta, para poder produzir 250 megawatts. Muito pouco para um reservatório tão extenso. Não por acaso, Balbina foi construída na ditadura militar, com a imprensa censurada.

Mas esta foi uma aberração. Defende-se que haja critérios racionais e transparentes que permitam explorar o potencial hidrelétrico amazônico. A falta de racionalidade também impede que se prossiga o programa de termelétricas nucleares, cada vez mais seguras. Enquanto isso, o canteiro de obras de Angra 3, parado, consome fortunas. Deve-se acabar com a ideia de fontes energéticas de esquerda (eólica, solar etc.) e de direita (hidrelétricas de grande porte, termonucleares).

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/10/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: União avalia opções para distribuidora do Amazonas

BRASÍLIA- Diante da decisão do Senado de rejeitar o projeto de lei que abria caminho para a privatização da distribuidora de energia do Amazonas, o governo federal analisa agora o que fazer com a empresa. A avaliação é que, apesar de haver um leilão marcado para 25 de outubro, não haverá demanda. O problema é que manter a operação da distribuidora terá um custo de R\$ 4 bilhões no ano que vem, que terá de ser repassado às contas de luz.

Outra alternativa seria fechar a empresa. Já há uma previsão de que isso poderia ser feito em 31 de dezembro, caso não haja interessados no leilão. No entanto, isso tem um custo ainda mais elevado: R\$ 13 bilhões para a Eletrobras. E haveria ainda a questão do que fazer com o serviço que é prestado pela distribuidora aos usuários do Amazonas — ele teria de ser assumido pelo **Ministério de Minas e Energia** e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

ELETROBRAS: PERDA DE R\$ 8 BI

Para evitar o gasto e não jogar no limbo o serviço de distribuição de eletricidade em todo o estado, o governo federal já avalia prorrogar o prazo de venda da Amazonas Energia para 2019. Por outro lado, a avaliação é que a rejeição do projeto não afeta os leilões já realizados. A Eletrobras conseguiu vender as empresas do Acre, Piauí, Roraima e Rondônia. No caso do Piauí, a estatal concluiu ontem a transferência do controle da distribuidora para a compradora, a Equatorial Energia.

A companhia de Alagoas, por sua vez, teve seu processo de privatização suspenso por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A rejeição do projeto de lei afeta ainda a própria Eletrobras, que assumiu cerca de R\$ 8 bilhões em

dívidas das distribuidoras, na expectativa de que esse valor se convertesse em créditos, como previa a proposta.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/10/2018

Seção: Economia

Autor: Rennan Setti

Título: Até gestão de água em São Paulo vira processo na CVM

Órgão regulador acusa o estado de abusar de seu poder de controle sobre estatal de energia

Em São Paulo, o nível dos reservatórios tornou-se assunto tão sério que rende até processo na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O órgão está processando o estado paulista, acusando-o de abusar do seu poder de controlador sobre a Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), estatal que opera uma hidrelétrica e tem ações na Bolsa. No centro do processo, um tema inusual para o direito societário: o controle de cheias no sistema hídrico Tietê-Pinheiros. Acompanhando reclamações de acionistas, a área técnica da CVM sustenta que a estatal deveria receber do estado pelo serviço, o que não aconteceu.

O processo deve ser julgado no começo do ano que vem. A Emae foi criada em 1998, no momento do desmembramento da estatal Eletropaulo. Ela opera a hidrelétrica Henry Borden, que depende do volume do reservatório Billings. Mas o bombeamento de águas do Rio Pinheiros para o reservatório está sujeito a restrições ambientais há décadas. Para compensar a Emae, o estado resolveu remunerá-la pelo serviço de controle de cheias. Um contrato foi assinado, mas a empresa não recebe pelo serviço. O assunto foi parar na Aneel, que discordou da tese; agora, discute-se o assunto na Justiça.

Para a CVM, o governo paulista infringe o artigo 116 da Lei das SA, que determina que o acionista controlador tem deveres de responsabilidade com os outros investidores da empresa.

"O fato é que, preponderantemente, recursos humanos e materiais da Emae estão sendo orientados a atividades alheias à geração de energia elétrica, sem nenhuma redução de custo em contrapartida", escreveu a área técnica da CVM.

Para encerrar o processo, o governo de São Paulo chegou a propor pagar R\$ 79 milhões à Emae até 2019, mas a CVM rejeitou a proposta.

Em 2015, a CVM já havia condenado o governo paulista a pagar multa de R\$ 400 mil em processo que tratava da retirada de águas de reservatórios da Emae pela distribuidora de águas Sabesp. De acordo com um dos investidores que reclamaram à CVM à época, a Emae deixava de faturar R\$ 120 milhões por ano por causa disso.

Em nota, a Procuradoria de São Paulo disse discordar de que o governo tenha violado a Lei das SA e que o colegiado da CVM não opinou sobre o assunto. A Emae não quis se manifestar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/10/2018

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Eletrobras busca saída para evitar extinção de empresa no AM

Leilão da distribuidora continua previsto para a próxima quinta (25), mesmo após derrota no Senado

São Paulo- A Eletrobras ainda busca alternativas para viabilizar a venda de sua distribuidora de energia no Amazonas, mesmo após o Senado derrubar um projeto de lei que tornaria sua venda mais atrativa ao mercado.

O leilão da empresa está marcado para o dia 25 de outubro e, até agora, não há determinação para que se já adiado, segundo o BNDES, responsável pelo processo de venda das distribuidoras da estatal.

Das companhias colocadas à venda pela Eletrobras, a Amazonas Energia sempre foi considerada a mais problemática, por ter uma operação com déficit alto e passivos bilionários em disputa.

A ideia do governo era repassar à conta de luz do consumidor parte dessa dívida, por meio de um projeto de lei.

O texto chegou a ser aprovado pela Câmara dos Deputados, mas foi derrubado no Senado na terça-feira (16).

Sem essa solução, dificilmente haverá investidores interessados em comprar a empresa, segundo analistas.

Ainda haveria, porém, esperança de tornar o certame viável, afirmou um analista familiarizado com o processo.

Uma solução seria se a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), que cobra uma dívida de cerca de R\$ 3 bilhões da Amazonas Energia, fizesse uma revisão do passivo.

Como parte da direção do órgão passou por uma renovação recentemente, haveria uma chance de que os novos membros fossem mais sensíveis à questão.

Essa saída, no entanto, é considerada remota por outra pessoa que acompanha o assunto.

Para esse especialista, uma saída possível seria tentar convencer os acionistas da Eletrobras —estatal controlada pela União, mas também com participação de fundos privados— a continuar prestando o serviço no Amazonas.

Para isso, seria necessário um período adicional até se conseguir viabilizar o leilão em 2019, com o novo Congresso Nacional.

Em assembleias de acionistas, a Eletrobras já conseguiu prorrogar essa prestação de serviços até dezembro deste ano —que seria o prazo máximo para transferir o ativo ao novo controlador.

Para analistas, será um desafio conseguir uma nova prorrogação. Há um consenso entre os órgãos envolvidos: evitar a liquidação da subsidiária, que, se nada for feito, ocorrerá.

Dessa forma, qualquer alternativa é melhor do que a extinção da distribuidora, afirma a advogada especialista no setor Ana Karina de Souza, do Machado Meyer.

Esse processo poderia implicar a demissão em massa dos funcionários, uma incerteza sobre a continuidade dos serviços no estado e passivos enormes que teriam de ser absorvidos pela estatal.

Estima-se que o custo de liquidar a empresa seria de cerca de R\$ 13 bilhões.

Caso esse cenário se concretize, a União terá de fazer um novo leilão para ofertar apenas a concessão que dá direito a explorar a distribuição de energia no estado —neste caso, a empresa privada teria de constituir uma empresa nova, sem levar nada da distribuidora extinta.

"A liquidação é considerada a pior alternativa para todos. Mesmo um novo leilão vai requerer um capital inicial muito alto dos parceiros privados, isso dificulta a atratividade", afirma Thaís Prandini, diretora-executiva da consultoria Thymos Energia.

Neste ano, a estatal já conseguiu leiloar quatro de suas distribuidoras (no Piauí, em Roraima, em Rondônia e no Acre).

Resta ainda vender a empresa no Amazonas e em Alagoas, cuja venda está travada por uma disputa com o estado alagoano no STF (Supremo Tribunal Federal).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/10/2018

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Operações da Amazonas Energia e Ceal podem ser encerradas

A derrubada do projeto de lei que resolve pendências das distribuidoras da Eletrobrás deixou o governo surpreso e com poucas alternativas à mão, sendo a mais provável encerrar as operações das empresas do Amazonas e de Alagoas. O custo para a Eletrobrás deve ser de R\$ 14 bilhões. Em reunião realizada ontem, técnicos avaliaram que não é possível que as garantias que seriam dadas com a aprovação do projeto fossem colocadas em medidas que não precisam ser apreciadas pelo Congresso, como decreto. Com a rejeição da proposta, seria preciso enviar outro projeto, mas o momento político é desfavorável.

Resta ao governo torcer para que haja interessados no leilão da Amazonas Energia, marcado para o próximo dia 25. Outro desafio discutido pelos técnicos e ainda sem resposta é a manutenção das empresas em 2019. O período de prestação temporária de serviços pela Eletrobrás se encerra em 31 de dezembro deste ano e não é possível doar os contratos de concessão para a empresa, que já manifestou, em 2016, o desejo de não continuar a operar no setor de distribuição. Além da Amazonas Energia, o problema afeta também a Ceal (Alagoas), cuja venda está suspensa em razão de uma disputa no Supremo Tribunal Federal (STF) entre União e governo estadual, e a CEA (Amapá), que também está sob gestão da Eletrobrás.

Desde julho de 2016, as distribuidoras contam com recursos de empréstimos subsidiados, bancados por consumidores de todo o País através de taxas cobradas pela conta de luz. Esses empréstimos se encerram em 2018. Fontes estimam que a Amazonas Energia, sozinha, precise de algo entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões anuais, que não estão previstos no Orçamento do ano que vem. Para os técnicos, é remota a hipótese de cancelar e reverter os leilões de privatização já feitos. Antes de o projeto ser analisado pelo Senado, quatro das seis distribuidoras da Eletrobrás já haviam sido vendidas: a do Piauí (Cepisa), a do Acre (Eletroacre), a de Rondônia (Ceron) e a de Roraima.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 18/10/2018****Seção: Economia****Autor: Lu Aiko Otta****Título: Nova gestão herdará pacote de concessões**

Ao menos 52 projetos, que somam R\$ 78 bi em investimentos, devem ficar 'semiprontos' este ano para serem leiloados pelo próximo governo

O futuro presidente da República vai herdar um pacote com pelo menos 52 projetos semiprontos para serem leiloados, envolvendo investimentos de R\$ 78 bilhões. A equipe de Jair Bolsonaro (PSL), líder nas pesquisas, já divulgou que as concessões serão mantidas e aceleradas. Elas também são prioridade no programa do candidato do PT, Fernando Haddad. Integra a lista da "herança", por exemplo, a concessão da BR-153 em Goiás e Tocantins, um trecho que foi leiloado no governo de Dilma Rousseff e retomado por falta de investimento. O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) pretende deixar prontos os estudos técnicos, econômicos e ambientais para o trecho ser novamente oferecido à iniciativa privada. Mas não dará tempo de fazer o leilão até o fim do ano. A carteira poderá ser engordada com três grandes projetos em fase final de gestação: a concessão de 12 aeroportos no Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, o direito de administrar e explorar o trecho da Ferrovia Norte-Sul entre Estrela d'Oeste (SP) e Palmas(TO) e a renovação antecipada do contrato de concessão da Malha Paulista, ferrovia administrada pela Rumo. Pelo estágio em que estão, esses projetos entraram na lista de projetos a serem concluídos em 2018.

Porém, o mais provável, admite-se no governo, é que fiquem para 2019. "A infraestrutura não pode prescindir dos investimentos privados", disse ao Estado o secretário especial do PPI, Adalberto Vasconcellos. Ele explica que há um enorme déficit de investimentos na área no Brasil e o Tesouro Nacional não terá como suprir os recursos necessários para esses projetos. Por isso, a tendência é que o programa continue. A advogada Letícia Queiroz, do escritório Queiroz Maluf, especialista em concessões, avalia que os projetos mais maduros, como o dos aeroportos e da Norte-Sul, ficarão para 2019 mas não devem enfrentar grandes atrasos. Já os polêmicos, como a privatização da Eletrobrás, tendem a parar por um tempo.

"Qualquer um dos dois candidatos, vencendo, vai querer pensar bem sobre o que fazer", avaliou. Além disso, o projeto dependerá do aval de um Congresso renovado e pouco experiente, o que também contribui para retardar o processo. "Tirando Eletrobrás e petróleo da mesa, o cenário fica bem mais claro", avaliou Luís Felipe Valerim Pinheiro, sócio do escritório Xavier

Vasconcelos Valerim é professor da Fundação Getúlio Vargas. Ainda restariam projetos de concessão suficientes para “meio mandato”. Barreira. Para levar adiante as concessões, no entanto, o novo governo terá de superar o relacionamento com os órgãos de controle. “Esse é um dos três maiores problemas da infraestrutura no Brasil”, disse Pinheiro. Na sua visão, trata-se de um problema institucional, que passa pela definição sobre como esses órgãos limitariam sua atuação para dar mais fluidez aos investimentos. “Não é algo que se resolva na base da truculência.”

Desde sua criação, há pouco mais de dois anos, o PPI já leiloou 103 projetos que, juntos, têm previsão de investimentos de R\$ 228,2 bilhões e pagamentos de bônus à União de R\$ 46,4 bilhões. Atualmente, há 88 deles em carteira, mas a intenção é leiloar 36 até dezembro. Nessa conta, estão pelo menos 10 lotes de transmissão de energia elétrica e os 12 aeroportos. “Seria bom manter o PPI, pelo menos na fase de transição”, avaliou Letícia. Segundo ela, o grupo, criado no governo Temer, foi importante na organização de procedimentos administrativos para as concessões. Nos planos de Bolsonaro, o PPI é mantido, mas englobado pelo superministério da Economia. Pinheiro diz que essa não é uma boa ideia, porque o PPI precisa coordenar diversos ministérios, o que será impossível se ele próprio for parte de um.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 18/10/2018

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino

Título: Luz subirá na segunda

Os consumidores podem preparar o bolso. A partir de 22 de outubro, as contas de luz ficarão mais caras. A Companhia Energética de Brasília (CEB) informou ontem que comprovou o pagamento de dívidas setoriais que a impediam de praticar o reajuste médio de 6,5% deliberado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Em nota, a companhia esclareceu que “a CEB Distribuição já demonstrou seu adimplemento em relação às obrigações intrassetoriais, estando devidamente certificada para atender à deliberação na data estipulada”. Dessa forma, a partir da próxima segunda-feira, os consumidores com fornecimento em baixa tensão, que são residências e comércios de pequeno porte, terão reajuste de 6,15% nas faturas de energia. Já os clientes conectados em alta tensão, como indústrias e grandes comércios, terão aumento de 7,31%.

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) é um dos mecanismos de atualização do valor da energia paga pelo consumidor, aplicado de acordo com fórmula prevista no contrato de concessão. O aniversário do RTA da CEB é em outubro. Porém, a cada quatro anos, as concessionárias também têm direito a uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE).

No caso da CEB, a RTE foi em junho deste ano, quando a Aneel autorizou aumento de 8,81% nas contas de luz. Somados os dois reajustes, os 1,1 milhão de consumidores atendidos pela distribuidora de Brasília terão suas contas majoradas em 15,8% este ano.

Os constantes reajustes nas tarifas de energia têm empurrado a inflação para cima. Pelas projeções do mercado, o custo de vida deste ano ficará mais próximo de 4,5%, o centro da meta perseguida pelo Banco Central. **(AP)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2018

Seção: Política

Autor: Vandson Lima e Murillo Camarotto | De Brasília

Título: Senado manobra para lotear agência de mineração

Com as atenções voltadas à eleição presidencial, senadores do MDB realizaram uma ampla manobra para aprovar ontem, a toque de caixa, indicados para ocupar cargos na Agência Nacional de Mineração (ANM).

Os escolhidos, por sua vez, não atendem a requisitos previstos em lei para a ocupação de postos em estatais ou guardam ligações político-partidárias com alguns dos principais cabeças do Congresso Nacional, como o presidente do Senado, Eunício Oliveira (CE).

Tomás Antônio Albuquerque Filho foi aprovado para o cargo de diretor da estatal por dois anos. Ele é ex-deputado estadual e filho de um aliado do presidente do Senado - o atual prefeito de Santa Quitéria (CE) e também emedebista Tomás Figueiredo. Em seu currículo, conforme atesta o parecer feito por Valdir Raupp (MDB-RO), o mais próximo que o novo diretor passou do setor foi, como parlamentar, na vice-presidência da Comissão de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo do Ceará, "onde teve os primeiros contatos com o setor de mineração. Foi indicado como representante junto às câmaras setoriais, inclusive a de mineração, vinculadas à Agência de Desenvolvimento do Ceará". No mais, atuou na advocacia empresarial, associado a escritórios. Ainda, assim, Raupp considerou sua experiência profissional "ampla e diversificada" compatível com a diretoria da agência.

Já Eduardo Araújo de Souza Leão, aprovado para o cargo de diretor da Agência Nacional de Mineração pelos próximos quatro anos, de fato tem experiência na área. Ele era, até semana passada, o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Estado do Pará. Sua exoneração foi publicada no último dia 9. No dia seguinte, ele virou assessor especial na Casa Civil do Estado e, há dois dias, foi realocado para ser assessor especial da própria Secretaria de Mineração, que ele comandava dias antes. As movimentações constam no Diário Oficial do Estado do Pará. No site da secretaria, Souza Leão ainda aparece como secretário.

A lei que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas brasileiras proíbe a indicação, para os conselhos de administração e para as diretorias das estatais, de quem exerça cargos de ministro ou secretário estadual ou municipal, como o caso de Souza Leão até a semana passada. Mas não barra quem ocupa o cargo de assessor.

Nesta quarta, Albuquerque Filho e Souza Leão foram sabatinados na Comissão de Infraestrutura (CI), comandada por outro emedebista, o senador Eduardo Braga (AM). Em sua fala, o indicado cearense citou e agradeceu ao contrerrâneo Eunício Oliveira. Aprovados, os nomes dos indicados foram levados de imediato para o plenário do Senado, que no mesmo dia deu sinal verde.

A indicação dos dois novos diretores, feita pelo presidente Michel Temer, já havia causado controvérsia. Temer havia apontando em abril os nomes de Lília Mascarenhas Sant'Agostino e de José Antonio Alves dos Santos para os cargos citados. Em 24 de agosto, reverteu as indicações e escolheu para as vagas Souza Leão e Albuquerque Filho. A ANM foi criada em fins de 2017, a partir de uma Medida Provisória editada pelo presidente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2018

Seção: Especial

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Liminares por déficit de geração ameaçam setor elétrico

A guerra de liminares referentes ao déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês para a diferença entre a energia vendida pelas hidrelétricas e a efetivamente gerada), responsável por uma inadimplência que já chegou a R\$ 9 bilhões no mercado à vista de energia, pode travar as operações, com consequências danosas para todo o setor elétrico.

O problema é tido como o mais grave e urgente a ser resolvido em todo o setor, justamente pelas consequências sistêmicas, que podem chegar ao desligamento de termelétricas, necessárias em um momento de hidrologia escassa.

Ao rejeitar o projeto de lei que viabilizava a operação das distribuidoras da Eletrobras, o Senado também jogou fora a solução legal que acabaria com a judicialização do risco hidrológico. Agora, a tendência é que o cenário se agrave, com a continuação da guerra de liminares que poderá fazer com que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) se veja obrigada a suspender as liquidações do mercado de curto prazo.

"A situação pode travar as liquidações; ninguém vai receber nem pagar, o que pode dar uma pane no mercado", disse Thais Prandini, diretora-executiva da consultoria Thymos Energia.

Para preservar água dos reservatórios, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) determina que as hidrelétricas poupem recursos hídricos, gerando menos que suas garantias físicas. Como as empresas vendem, no mundo contratual, um percentual maior de suas energias asseguradas, a diferença fica exposta ao mercado à vista, na qual os preços de energia são elevados e voláteis. Para se proteger do problema, as hidrelétricas conseguiram liminares limitando os efeitos da exposição ao GSF. Os valores não pagos vêm se acumulando desde 2014, chegando nos quase R\$ 9 bilhões de hoje.

O problema é que nem toda a razão desse rebaixamento das hidrelétricas tem origem hídrica. O sistema privilegia formas de energia não despacháveis, como eólicas e solares, e o deslocamento também acaba sendo causado pelo despacho de termelétricas fora da ordem de mérito, importação de energia e atraso na transmissão de grandes projetos. O projeto de lei trazia uma proposta de solução para o problema. As hidrelétricas abririam mão das liminares em troca da extensão das concessões de forma proporcional à exposição ao GSF "não hidrológico".

"Era uma solução que não traria aumento tarifário", disse Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. Segundo ele, com a rejeição do projeto de lei pelo Senado, todo o setor está em risco.

Já se fala no mercado que as liquidações estão praticamente travadas. Além das liminares das hidrelétricas, os credores foram atrás de decisões judiciais para garantir a prioridade no recebimento dos créditos, diante da inadimplência crescente nas liquidações.

A liquidação de agosto, concluída na semana passada, teve inadimplência de 85%, ao movimentar R\$ 1,9 bilhão dos R\$ 12,4 bilhões contabilizados. Os

agentes amparados por decisões com prioridade no recebimento tiveram adimplência de 56%. Os protegidos por liminares que garantem a incidência regular das normas tiveram adimplência de 7%. Depois disso, não houve recurso para pagar os demais agentes.

Em 2015, a CCEE precisou suspender a liquidação do mercado à vista de energia por causa das liminares do GSF. Foi nessa época que os agentes credores foram à Justiça e conseguiram liminares para receber integralmente os montantes a que teriam direito. Como não havia recursos para operacionalizar todas as liminares, a câmara não teve escolha a não ser paralisar todos os pagamentos. Os agentes entraram em acordo e aceitaram receber com prioridade, mas proporcionalmente ao valor recolhido. Hoje, a inadimplência está muito maior. Muitos agentes que estão sem receber podem ir à Justiça atrás de mais decisões, travando novamente as operações.

Esse seria o pior dos cenários para o mercado de energia. Termelétricas descontratadas, despachadas fora da ordem de mérito, por exemplo, ficariam sem receber pela energia vendida. Sem recursos para comprar combustíveis, podem deixar de operar. Geradores descontratados também ficariam sem receber, assim como comercializadoras, com o equilíbrio financeiro prejudicado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2018

Seção: Especial

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Governo e estatal ainda estudam se leilão de distribuidora será mantido

A Eletrobras e o governo ainda não decidiram se vão manter o leilão de privatização da Amazonas Distribuidora para 25 de outubro, depois que o Senado rejeitou, na terça-feira, o projeto de lei que resolveria a situação financeira da distribuidora amazonense de energia. O martelo deve ser batido até o fim desta semana.

Segundo fontes, há uma chance de que o leilão seja mantido -só seria cancelado se não houver interessados. Um eventual comprador assumirá um risco grande e poderá perder a concessão nos próximos anos se não conseguir entregar os ganhos de eficiência e redução de perdas necessários. Há um entendimento, contudo, que até mesmo esse cenário seria melhor que a liquidação da distribuidora no início de janeiro, consequência natural se o leilão não tiver comprador.

"A decisão é muito ruim para a Eletrobras, que fica com um passivo imenso no seu balanço", disse o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, professor Nivalde de Castro.

A liquidação seria o pior cenário possível para todos os envolvidos. Segundo estimativas recentes do BNDES, a operação custaria em torno de R\$ 14 bilhões à Eletrobras, referente às despesas com demissões, dívidas com fornecedores e bancos. A perda chega a R\$ 20 bilhões quando se coloca na conta passivos que a holding assumiu - da mesma grandeza que créditos junto a fundos setoriais que dependiam do projeto de lei para se concretizarem.

Para efeito de comparação, o custo da liquidação equivale a pouco menos do valor de mercado da estatal, de R\$ 26 bilhões.

No cenário de liquidação, todos os funcionários seriam demitidos, e os consumidores de energia do Amazonas ficariam sem um fornecedor de energia a partir de 1º de janeiro, dependendo de a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apontar um interventor para o negócio e realizar às pressas um leilão da concessão, separada da pessoa jurídica da empresa liquidada.

O plenário do Senado rejeitou o projeto de lei na terça-feira, por 34 votos a 18. Na ocasião, houve um embate entre o senador Eduardo Braga (MDB-AM), principal opositor da privatização da Amazonas Energia, e Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), líder interino do governo. **O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, estava em viagem oficial a Portugal, com seus principais auxiliares. "O senador Coelho ficou sozinho, sem uma estrutura de apoio", disse uma fonte sob condição de anonimato.

"Esses 34 senadores, contra a lógica da racionalidade, decidiram fazer o que fizeram, a meu ver, seguindo a liderança do senador Eduardo Braga", disse Claudio Sales, presidente do instituto Acende Brasil. Segundo ele, não há "qualquer nível de razoabilidade que possa justificar a decisão", afirmou.

O senador Braga alegou, entre outros pontos, que ao menos R\$ 9 bilhões em dívidas da Amazonas Energia seriam convertidos pela empresa compradora em revisão tarifária, encarecendo a conta em até 40% para o consumidor. A dívida em questão, na verdade, subiria para a Eletrobras no processo de privatização, que tem o objetivo de melhorar o serviço de energia e reduzir a tarifa, por meio de ganhos de eficiência.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 18/10/2018**Seção:** Especial**Autor:** Rafael Bitencourt | De Brasília**Título:** Ministério insiste em promover leilão regional, mesmo sem aval de técnicos

O Ministério de Minas e Energia lançará "nos próximos dias" uma nova consulta pública sobre a introdução dos leilões regionais de energia entre as modalidades de certame já conhecidas. Nesse caso, a estratégia está voltada para a contratação de termelétricas a gás natural no Nordeste.

A proposta de realizar leilões regionais é levada à frente pelo ministério mesmo sem formar consenso entre os técnicos do próprio governo. Por falta de detalhamento da decisão, o setor ainda tem muitas dúvidas sobre a nova contratação e os efeitos no mercado, especialmente relacionados ao preço da energia. A consulta pública será aberta por decisão do próprio **ministro Moreira Franco**. A informação foi confirmada pela assessoria de imprensa do ministério.

Ainda de maneira reservada, técnicos ouvidos pelo **Valor** disseram que o plano prejudica a lógica de contratação eficiente propiciada pelo sistema interligado nacional, que hoje permite buscar energia mais barata, independentemente de onde é produzida. A entrega é garantida pela rede de transmissão, que vem sendo ampliada a cada ano no país.

O principal defensor dos leilões regionais é o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Reive Barros. Ele considera que a nova contratação tornará mais segura e eficiente a operação do sistema regional.

Barros já chamou a atenção para o fato de o Nordeste passar a conviver nos últimos anos com alto grau de intermitência das fontes de geração eólica e solar. Ele considera que as térmicas locais seriam mais ágeis na resposta a essa flutuação, que exige a transferência de grandes volumes de energia de outras regiões ao longo do dia.

O risco de aumento das tarifas por causa de uma disponibilidade maior de térmicas dedicadas a atender a demanda exclusiva do Nordeste é minimizado com a possibilidade das usinas mais caras, movidas a óleo diesel, serem substituídas pela geração mais barata de usinas a gás natural.

O setor ainda não sabe se a proposta que será apresentada em consulta pública vai estabelecer a contratação da energia na modalidade de reserva. Neste caso, a compra da energia é feita em quantidade além da previsão de demanda do

mercado para funcionar como um "seguro". Essa contratação já é fortemente criticada no setor, porque o custo fixo desses contratos, repassado aos consumidores por meio de encargo na conta de luz, tem elevado a tarifa de energia.

O impasse sobre os leilões regionais não é novo. A solução chegou a ser defendida pelo antigo diretor-geral do Operador Nacional do Sistema (ONS) Hermes Chipp, que comandou a entidade por mais de uma década (2005 a 2016). Neste caso, não era a situação do Nordeste que estava em jogo, mas a do Sudeste, com a ideia de deslocar parte da oferta para regiões com grande demanda.

A proposta do ex-diretor do ONS não agradava o então presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, que chefiou a estatal desde a criação do atual modelo do setor elétrico, em 2004, até 2016. Naquela época, ele já usava o argumento de que o leilão regional comprometeria a estratégia de assegurar o menor preço da energia para o consumidor por meio da ampla competição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Golfo do México (EUA)

Título: Shell prevê investir até US\$ 14 bi no Brasil em águas profundas

A anglo-holandesa Shell acompanha de perto a eleição no Brasil, onde desembolsou quase R\$ 5 bilhões apenas em bônus de assinatura em leilões do pré-sal nos últimos cinco anos. No entanto, seja qual for o resultado em 28 de outubro, a empresa planeja investir entre US\$ 1 bilhão e US\$ 2 bilhões por ano em exploração e produção em águas profundas no país até 2025.

"Estamos sempre olhando o que está acontecendo no Brasil", afirmou Wael Sawan, vice-presidente global da divisão de Águas Profundas da Shell.

"Mantemos um olho bem próximo das eleições, em parte pelos nossos negócios, mas também pela perspectiva social e da nossa equipe", disse o executivo.

Apesar da atenção especial com relação ao processo eleitoral no Brasil, considerado um dos quatro principais países do mundo para as atividades do grupo, a Shell manterá o plano de investimentos no país, independentemente do próximo governo. Segundo Sawan, as instituições brasileiras dão confiança para os investidores no longo prazo.

"Qualquer eleição não é o mais importante. O mais importante são as instituições. O que eu realmente gosto no Brasil, particularmente no que aconteceu na Lava-Jato, é a força das instituições judiciais. Para os investidores, isso dá a confiança de que os contratos serão cumpridos. As instituições, e também a ANP [Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis] e o Ibama, são muito fortes e tentam fazer o melhor pelo país", afirmou Sawan.

O executivo ressaltou que a estratégia do grupo anglo-holandês para o Brasil, onde atua há mais de 100 anos, é de longo prazo.

Questionado sobre o risco de desaceleração ou até mesmo interrupção de novos leilões de exploração de áreas de óleo e gás natural, por decisão do novo governo, o executivo explicou que, nesse caso, as grandes petroleiras vão se concentrar nos ativos arrematados nas rodadas recentes do pré-sal.

"Se houver mais [leilões], participaremos", assegurou Sawan, acrescentando que a empresa tem interesse em participar do eventual megaleilão do excedente da cessão onerosa, mas que a decisão dependerá dos termos que serão propostos para a licitação, caso ela seja confirmada.

O executivo recebeu o **Valor** em uma sala no interior da plataforma de produção de petróleo e gás natural Olympus, no Golfo do México. À unidade flutuante ancorada verticalmente está sendo interligado o sétimo poço produtor. A "mini-indústria" em alto-mar extrai atualmente cerca de 80 mil barris diários de petróleo e 2,4 milhões de metros cúbicos diários de gás natural, em profundidade de 945 metros. Ela tem capacidade para produzir 100 mil barris diários de óleo e 5 milhões de metros cúbicos diários de gás.

O Golfo do México e o Brasil são os principais destinos de investimentos da Shell em águas profundas. Com relação ao Brasil, que responde por cerca de 20% das reservas totais de petróleo da Shell, a previsão de investir até US\$ 14 bilhões nos próximos sete anos pode aumentar, caso sejam feitas novas descobertas.

"Se você olhar entre hoje e 2025, no nosso plano, já temos quase de US\$ 1 a US\$ 2 bilhões [de investimentos previstos em águas profundas por ano]. Se tivermos grandes descobertas, esse número poderá crescer", afirmou o executivo.

Questionado sobre a regulação para a atividade petrolífera no Brasil, o executivo mencionou o trabalho da atual diretoria da ANP. "Para companhias como a nossa, é importante que as regras não sejam alteradas. Porque, quando você coloca bilhões de dólares e as regras mudam, você pensa em não investir mais lá", disse, defendendo a estabilidade regulatória.

Sobre o ritmo do licenciamento ambiental para atividades petrolíferas no país, Sawan disse que a Shell priorizou investimentos nas Bacias de Campos e Santos, por serem áreas com maior conhecimento ambiental.

Observou que a companhia também levou em consideração a questão ambiental na escolha das áreas pelas quais iria competir na 4ª Rodada do Pré-sal, em junho deste ano. No fim, arrematou a área de Três Marias, na Bacia de Santos, em um consórcio no qual tem 40%, em parceria com Petrobras (30%) e Chevron (30%).

O repórter viajou a convite da Shell

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	18/10/2018
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Eletrobras ganha disputa

A Câmara de Mediação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas (FGV) decidiu que a Eletrobras não está obrigada a comprar uma parcela da energia descontratada da usina de Belo Monte, da qual é sócia com 49,98%. A arbitragem foi instaurada em 2016, devido a um conflito entre a estatal e os demais sócios, que entendiam que a Eletrobras deveria adquirir cerca de 20% da energia da usina, devido a uma cláusula no acordo de acionistas da Norte Energia - concessionária da hidrelétrica.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	18/10/2018
Seção:	Empresas
Autor:	Marcos de Moura e Souza De Uberlândia (MG)
Título:	Zema reafirma plano de privatizar Cemig

A privatização da empresa de energia elétrica de Minas Gerais, a Cemig, e da companhia de saneamento, Copasa, continua nos planos do candidato ao governo Romeu Zema (Novo) e se transformou em um dos temas de maior debate entre ele e o candidato do PSDB, o ex-governador e atual senador Antonio Anastasia, no segundo turno da eleição estadual.

Em entrevista ao **Valor**, o presidente do Novo em Minas, Bernardo Santana, reafirmou que não há nenhuma mudança em relação ao entendimento de privatizações no Estado em um eventual governo Zema.

Papéis da Cemig e da Copasa caíram ontem durante o pregão da bolsa porque analistas de mercado entenderam, com base em declarações de Zema à imprensa, que ele havia recuado dos planos de privatização. Santana negou qualquer recuo.

No fechamento de ontem, as ações PN da Cemig fecharam em queda de 0,84%, cotadas a R\$ 10,60. Os papéis ON da Copasa terminaram o dia estáveis, a R\$ 52,25. Desde a confirmação de Zema no segundo turno da disputa pelo governo mineiro, as ações das duas empresas apresentaram forte alta embaladas pela perspectiva da privatização. Mesmo com o fraco desempenho de ontem, as ações da Cemig acumulam alta de 22,54% desde o dia 5 deste mês - sexta-feira anterior à votação do primeiro turno no dia 7 - e os papéis da Copasa subiram 17,81% no período.

Como o próprio candidato tem afirmado, Santana disse que a prioridade logo no início de um governo do Novo será o de melhorar a gestão das companhias estatais. O processo de venda virá depois deste momento. "A nossa visão é que o Estado não é o melhor gestor de empresas", afirmou o dirigente do Novo.

Santana tem participado de perto das discussões do partido sobre privatizações, especialmente da Cemig, e disse recentemente ao **Valor** que o que está sendo tratado na campanha de Zema e no partido é o fatiamento e a privatização do segmento de geração da elétrica mineira.

Empresário do setor de distribuição de combustíveis e do varejo de eletrodomésticos, Zema teve votação surpreendente no primeiro turno, com mais de 40% dos votos válidos. Até então ele nunca havia disputado uma eleição e jamais ocupou cargo público.

O tema se transformou em um dos pontos de divergência entre Zema e Anastasia neste segundo turno. O PSDB tem um histórico de defesa das privatizações, mas neste caso o candidato tucano ao governo do Estado marca posição.

"Eu sou pessoalmente contrário à privatização da Cemig, da Copasa e de empresas do Estado. A Codemig especialmente", afirmou ontem Anastasia a jornalistas. "Precisamos ter essas empresas para alavancar novos investimentos."

Zema tem afirmado que a privatização é algo à ser tratado mais à frente e que a prioridade número um é lidar com o desequilíbrio fiscal do Estado.

O projeto de orçamento encaminhado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais pelo atual governador Fernando Pimentel (PT) prevê um déficit de R\$ 11,4 bilhões.

Segundo Santana, o Novo em Minas Gerais tem discutido quais medidas poderiam ser tomadas no curto prazo para melhorar o fluxo de caixa do governo. Uma das hipóteses em consideração seria a venda de imóveis e propriedades do Estado. A isso se somariam medidas de forte redução de despesas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Carro | Do Rio

Título: Neoenergia e Nokia fecham acordo para digitalizar rede

A Neoenergia, holding do setor elétrico controlada pela espanhola Iberdrola, planeja investir R\$ 19,3 bilhões até 2030 na digitalização de suas redes de distribuição, que abrange 13,6 milhões de clientes no país. O primeiro passo nessa direção foi o anúncio, nesta semana, da implantação de uma rede privada de comunicação sem fio para conectar os medidores inteligentes de 75 mil clientes nos municípios paulistas de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões e Nazaré Paulista.

A rede da Neoenergia será própria, não dependendo de nenhuma operadora - a holding obteve da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) licença provisória renovável com validade de dois anos. A finlandesa Nokia fornecerá equipamentos e serviços à Elektro, distribuidora da Neoenergia que atende São Paulo e Mato Grosso do Sul. Pelo acordo com a distribuidora, a Nokia será responsável pelo projeto, implantação e manutenção da rede, entre outros serviços.

A tecnologia será a LTE (Long Term Evolution, na sigla em inglês), padrão tecnológico para comunicações móveis e de dados que serve de base para o 4G, e a faixa de frequência será a de 3,5 Gigahertz (GHz). A Neoenergia havia realizado projeto-piloto com 900 clientes em Fernando de Noronha (PE) e teste com 6 mil consumidores, em São Luiz do Paraitinga (SP).

Do total de R\$ 19,3 bilhões em investimentos previstos até 2030, R\$ 10 bilhões serão destinados à medição inteligente de energia, com o objetivo de melhorar a qualidade do fornecimento de eletricidade e diminuir perdas e fraudes. "Esse é o primeiro projeto de rede LTE da Iberdrola no mundo", diz Heron Fontana,

superintendente de Smart Grid da Neoenergia. Além da Elektro, fazem parte da holding as distribuidoras Coelba (na Bahia), Celpe (Pernambuco) e Cosern (Rio Grande do Norte).

O avanço da Nokia no setor elétrico é parte de uma estratégia de expansão da sua base de clientes para além da esfera tradicional de telecomunicações. A fabricante de equipamentos de telecomunicações definiu como prioritárias as áreas de negócios de energia, mineração, finanças, agricultura e transportes.

Vice-presidente da Nokia para a América Latina, Osvaldo Di Campli argumenta que os usos industriais das tecnologias de dados móveis vão ganhar novo impulso com o lançamento dos serviços de quinta geração (5G).

"O 4G é suficiente para atender as demandas de uso que existem hoje", explica Di Campli, numa referência aos padrões de uso do consumidor médio de telefonia celular. Para justificar o investimento das operadoras no 5G, sustenta o executivo, é necessário que a tecnologia seja utilizada em novas aplicações e não apenas nas tradicionais, como download e envio de vídeos. Segundo ele, a Nokia trabalha no momento para apresentar às operadoras casos de uso que justifiquem o investimento no 5G. De qualquer forma, as operadoras brasileiras já estão se preparando para a chegada da nova tecnologia, acrescenta ele.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Minério de ferro reverte tendência de queda no ano

O mercado futuro e as restrições chinesas à poluição levaram à reversão da tendência de queda do preço do minério de ferro em 2018. A commodity atingiu ontem seu maior patamar desde 7 de março, ao subir 2,6% no porto chinês de Qingdao, e ser cotada a US\$ 73,36 a tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin".

Após uma forte valorização em janeiro e fevereiro, a commodity entrou em viés de queda a partir de março e se manteve entre os US\$ 63 e US\$ 70 por tonelada até o mês passado. Em outubro, a curva se acentuou, com o minério revertendo a desvalorização anual pela primeira vez desde o primeiro trimestre. Até o momento, o produto acumula alta de 6% em outubro e de 1% no acumulado do ano.

A subida foi puxada pela negociação no mercado futuro do produto. Ontem, os contratos do minério para janeiro de 2019 valorizaram 2,65% em Dalian, para 523,5 yuans (US\$ 75,27) a tonelada.

O minério que chega nos portos chineses vindo principalmente do Brasil e da Austrália tem como principal característica a maior qualidade em relação ao produto local. O preço calculado pela "Metal Bulletin", por exemplo, leva em conta a commodity com teor de ferro de 62%. Boa parte do minério de ferro chinês tem pureza abaixo dos 30%.

O uso de minério de melhor qualidade é essencial para a produção de aço da China durante o inverno local. O governo retomou às restrições às emissões de gases devido à forte poluição.

Em relatório recente, o Citi projetou que a maioria das usinas será obrigada a reduzir a utilização de altos-fornos entre 30% e 40% em 2018, contra 50% no ano passado. "O aço, o minério de ferro de alta qualidade e o carvão foram beneficiados pelos fortes cortes na produção chinesa nos últimos dois anos. Os preços deverão permanecer elevados, como resultado da demanda chinesa estável e dos limites persistentes no crescimento da oferta", afirmam os analistas.

A necessidade de corte na capacidade produtiva das siderúrgicas acontece em um momento de crescimento da demanda. Ontem, a Worldsteel Association, que compila dados dos 64 principais países fabricantes de aço no mundo, revisou as estimativas para crescimento da demanda global de aço para 2018 e 2019.

A previsão para este ano é de crescimento de 3,9% na demanda, para 1,657 bilhão de toneladas, na comparação com 2017. A projeção anterior, divulgada em abril, indicava crescimento de 1,8%.

Para 2019, a expectativa é de crescimento de 1,4% da demanda, para 1,68 bilhão de toneladas, ante 2018. A projeção anterior era de um avanço de 0,7%.

Com relação ao mercado chinês, o maior consumidor de aço global, a projeção de crescimento para 2018 é de 6% em termos nominais e 2% em termos reais, para 781 milhões de toneladas. Para 2019, a expectativa é de estabilidade.

Outro efeito colateral da retração da produção de aço chinesa é a melhora do cenário para as siderúrgicas dos outros países.

"Se a taxa de declínio na exportação líquida nos nove primeiros meses for mantida para o resto de 2018, ela será reduzida em 7 milhões de toneladas. Se essa diferença for produzida fora da China (como aconteceu em 2017), isso

deve fornecer espaço para um crescimento de produção de 1% nesses mercados, mesmo na ausência de qualquer crescimento de demanda global", projeta o Citi.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Patrick McGee e Ed Crooks | Financial Times, de Frankfurt e Nova York

Título: Com Trump, GE atropela Siemens no Iraque

As esperanças da Siemens de fechar um grande contrato de fornecimento de energia para o Iraque foram frustradas depois que a administração Donald Trump interferiu em nome da concorrente americana General Electric. A afirmação foi feita ontem por fontes a par do assunto.

Nas últimas semanas parecia que a Siemens estava perto de firmar um contrato para o fornecimento de equipamentos capazes de gerar 11 gigawatts de energia para o Iraque, um negócio que, segundo relatos, envolveria US\$ 15 bilhões.

Mas quando a disputa entre o grupo de engenharia alemão e a GE chegou aos estágios finais, a administração Trump pressionou o governo do Iraque, lembrando Bagdá que 7.000 americanos morreram no país desde a invasão de 2003 para tirar Saddam Hussein do poder, disseram fontes a par das negociações. A GE agora deverá obter uma parcela substancial da venda.

A conquista de um grande contrato seria uma notícia boa e oportuna para a problemática divisão de energia da GE, que vem registrando queda nos lucros nos dois últimos anos e alertou este mês que contabilizará uma perda não financeira de US\$ 23 bilhões no balanço do terceiro trimestre. A companhia deverá anunciar o sucesso com o contrato em breve, possivelmente quando divulgar o balanço do terceiro trimestre, em 30 de outubro.

Para a Siemens, que trabalhou durante meses no que chamou de "mapa" para o desenvolvimento de fornecimento de eletricidade no Iraque, perder a venda será uma grande decepção. No mês passado, Joe Kaeser, executivo-chefe da Siemens, viajou para Bagdá para se encontrar com Haider Al-Abadi, o primeiro-ministro iraquiano, que está deixando o cargo, e parecia que o negócio estava fechado.

Entretando, um alto assessor de Al-Abadi disse à Siemens, duas semanas atrás, que a empresa deveria desistir do negócio porque a insistência da companhia alemã estava causando problemas para o Iraque, diante da imensa pressão que

os EUA vinham fazendo. "O governo dos EUA está apontando uma arma na nossa cabeça", disse o assessor, segundo outra fonte a par do incidente.

Um atraso poderá ocorrer na decisão do contrato, por causa da transição no governo iraquiano. Adel Abdul Mahdi foi nomeado primeiro-ministro designado no começo do mês, mas ainda não formou um gabinete.

Entretanto, os governos dos EUA e Iraque já assinaram um memorando de entendimento facultativo, esboçando como eles irão cooperar na produção de petróleo e gás e na geração de energia.

As duas companhias fizeram grandes cortes de empregos em suas áreas de equipamentos de geração de energia

Segundo uma pessoa que teve acesso à papelada, Washington pretende oferecer financiamentos e seguros às empresas americanas que fazem negócios no setor de energia do Iraque. Isso ajudará a GE a obter contratos e operar no Iraque, embora a Siemens, que tem sua unidade de energia e gás sediada em Houston, Texas, também possa se beneficiar.

A decisão do Iraque sobre o contrato é tomada no momento em que o governo tenta conseguir apoio do governo Trump para as importações de gás do Irã. Cerca de 35% a 40% da eletricidade consumida pelo Iraque é gerada por usinas que queimam gás iraniano, segundo Michael Rubin do American Enterprise Institute, e o governo teme que quando as novas sanções entraram em vigor, em 5 de novembro, essas compras possam resultar em penalidades dos EUA.

Mas Rubin disse acreditar que os EUA adotarão uma postura "pragmática", permitindo ao governo iraquiano usar uma estrutura financeira que manterá o gás iraniano fluindo, evitando um aumento dos "blackouts". "Eles não estão pedindo uma concessão. Eles estão querendo contornar um problema", disse ele.

Se a GE bater a Siemens e conseguir um grande contrato para a venda de usinas geradoras de energia para o Iraque que queimarão gás do Irã, isso poderá causar um furor político na Alemanha. Richard Grenell, o embaixador dos EUA, foi direto ao alertar as companhias alemãs a pararem de fazer negócios com o Irã "imediatamente", depois que a administração Trump decidiu abandonar o acordo internacional sobre o programa nuclear iraniano.

A americana GE e a alemã Siemens anunciaram grandes cortes de empregos em suas divisões de equipamentos de geração de energia, que estão sofrendo com a perda de espaço da geração baseada na queima de combustíveis fósseis, para a geração baseada em energias renováveis. Fabricantes de turbinas de gás -

lideradas pela GE, Siemens e a japonesa Mitsubishi Hitachi Power Systems - vêm lutando ferozmente pelas vendas ainda disponíveis.

A GE ficou com a parte do leão dos contratos de fornecimento de equipamentos de geração de energia concedidos ao Iraque em 2008, mas recentemente a Siemens vinha competindo vigorosamente no Oriente Médio.

A GE e a Siemens não deverão ganhar muito dinheiro com as vendas no Iraque, especialmente depois de uma competição tão intensa. Mas produzir um número crescente de turbinas reduzirá suas perdas com o gerenciamento de suas usinas bem abaixo da capacidade plena. Vendas iniciais maiores também aumentaram o parque instalado, o que deverá gerar contratos de serviços mais lucrativos nos próximos anos. GE e Siemens não quiseram fazer comentários.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/10/2018

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon | De Brasília

Título: Conselho mantém parte de autuação de R\$ 1,2 bi da CSN

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) manteve parte de uma autuação fiscal de R\$ 1,2 bilhão recebida pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Não é possível saber exatamente qual o valor mantido. Mas fontes afirmam que seria a maior parte, chegando a três quartos do total.

A Receita Federal cobra, na autuação, Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre a dedutibilidade, em 2011, de juros do pré-pagamento de contratos operacionais firmados com a Namisa. Sobre esses mesmos valores, a fiscalização exige Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) por considerar que seriam pagamentos sem causa.

A autuação tem como pano de fundo a operação de venda de 40% da Namisa pela CSN em 2008 a um consórcio de investidores japoneses e coreanos. Segundo a fiscalização, toda a operação foi montada para simular a alienação de capital da companhia.

De acordo com o processo, as empresas japonesas e coreanas promoveram um aumento de capital na Namisa de R\$ 7 bilhões. O montante foi transferido à CSN para a aquisição de minério de ferro. O valor foi dividido em duas parcelas, com juros. Para a fiscalização, os juros não seriam de fato juros, mas um pagamento sem causa.

Em defesa oral no Carf, o advogado da CSN, Rodrigo Miranda, destacou que as autuações recebidas pela Namisa e pela CSN por causa da operação tiveram decisões divergentes no Carf. Uma foi mantida e a outra teve a multa qualificada afastada, o que retira a indicação de fraude. "A operação é real, os contratos eram reais. A despesa de juros era necessária. Existia uma causa para os pagamentos", afirmou o advogado.

O procurador da Fazenda Nacional, Marco Aurélio Zortea Marques, que atua nos processos de ágio no Carf, afirmou que esse é o caso mais complexo em que já atuou. De acordo com ele, foi entregue mais minério do que o pagamento adiantado, e com desconto, o que caracterizaria a simulação - os pagamentos não teriam relação com o recebimento de minério. "Os juros eram falsos", disse.

Na sessão, o relator do caso na 2ª Turma da 3ª Câmara da 1ª Seção, conselheiro Carlos Cesar Candal Moreira Filho, representante da Fazenda, votou para manter a autuação e foi acompanhado pelos demais conselheiros (processo nº 10314.722715/2016-11). Na parte sobre IRRF, porém, após discussão entre os conselheiros, observou-se que a autuação estava errada ao cobrar o tributo sobre o valor total e não a cada dia de pagamento. Por isso, essa parte foi derrubada.

MME / ASCOM .